

O Ensino Religioso como ferramenta de combate a Intolerância religiosa no espaço escolar

Religious Education as an instrument to combat religious intolerance in the school space

André Luís Martins Carvalhosa¹

Resumo: Ministrando o Ensino Religioso em sala sempre foi um desafio, e nos dias de hoje tal desafio se tornou ainda mais difícil, considerando que a visão colonial de algumas denominações religiosas ainda permanece até os dias de hoje no ambiente escolar. Contribuindo assim para o aumento da intolerância religiosa no espaço escolar, espaço esse que tem como um dos princípios a ética e o respeito por toda comunidade escolar, independente da raça, sexo, e ideologias religiosas. Diante dessa situação, é necessário discutir e apontar para o contexto em que algumas delas permitem gerar subsídios para lidar com os mais diversos casos de intolerância religiosa no ambiente escolar. Nesse sentido, este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica que visa resumir os principais eventos e contextos que reforçam a intolerância religiosa, e as soluções ou alternativas necessárias para eliminar essa prática absurda. Para isso temos como o principal objetivo, identificar de que forma a disciplina de Ensino Religioso, possa contribuir para a erradicação da intolerância religiosa no ambiente escolar. Tal objetivo acaba nos trazendo outros como: Identificar o cenário do ensino religioso no Brasil desde o período colonial até os dias atuais; e identificar as Lacunas existentes no Ensino Religioso nas Escolas. Como subsidio usaremos alguns autores (as), entre eles Borges (2016), Baptista (2020), CNBB (2007), Junqueira (2010), Santana (2022), Santos (2016), entre outros.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Espaço Escola; Combate; Intolerância.

Artigo recebido em: 06 de mai. de 2022
Aprovado em: 20 de fev. 2023

¹ Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitoria - UNIDA

Abstract: Ministering Religious Education in the classroom has always been a challenge, and nowadays such a challenge has become even more difficult, considering that the colonial vision of some religious denominations still remains to this day in the school environment. Thus contributing to the increase of religious intolerance in the school space, a space that has as one of the principles ethics and respect for the entire school community, regardless of race, sex, and religious ideologies. Given this situation, it is necessary to discuss and point to the context in which some of them allow generating subsidies to deal with the most diverse cases of religious intolerance in the school environment. In this sense, this work presents a bibliographic review that aims to summarize the main events and contexts that reinforce religious intolerance, and the solutions or alternatives necessary to eliminate this absurd practice. For this we have as the main objective, to identify how the discipline of Religious Education can contribute to the eradication of religious intolerance in the school environment. This objective ends up bringing us others such as: Identifying the scenario of religious education in Brazil from the colonial period to the present day; and identify the existing gaps in Religious Education in Schools. As a subsidy we will use some authors, among them Borges (2016), Baptista (2020), CNBB (2007), Junqueira (2010), Santana (2022), Santos (2016), among others.

Keywords: Religious education; School Space; Combat; Intolerance

Introdução

Debater o Ensino Religioso nos atuais dias não é matéria fácil, principalmente quando tal debate vai além dos muros da escola. Por se tratar de uma disciplina que trata de temas transversais, em especial o fenômeno religioso, muitas vezes os professores dessa disciplina enfrentam dificuldade para ministrá-la, sendo as religiões de matrizes africanas as religiões que mais sofrem resistência por parte de alunos e seus familiares com visões fundamentalistas.

Esse paper trata do Ensino Religioso quando inserido no processo de formação do aluno, quanto às suas contribuições e também quanto às lacunas causadas pelas mudanças na legislação, mais especificamente, a partir de 1996 com a introdução dos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso - PCNER e em meio ao multiculturalismo na visão de vários autores que trata do nosso tema central” O ER2 como instrumento de combate a Intolerância religiosa no espaço escolar.

Neste contexto, a Lei de Diretiva e Fundações prevê a não obrigatoriedade do ensino religioso desde 1996, permitindo às escolas a traçar as suas próprias formas de ensinar o ER sem colocar restrições aos praticantes de qualquer religião. Com isso, multiplicou-se a reflexão sobre as lacunas que a educação religiosa deixa no ambiente escolar, e a

² Ensino Religioso

Igreja Católica tradicionalmente desempenha esse papel nas instituições escolares.

O pluralismo cultural e religioso mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é uma realidade da sociedade brasileira e abre um novo panorama da relação entre o ER no ambiente escolar e o corpo discente em geral, nomeadamente no processo de ensino e aprendizagem.

A defender uma abordagem mais ampla das questões da Ciências das religiões expressas em salas de aula e debates nos cursos de Ciências das Religiões, alguns cientistas das religiões primeiro enfatizam que, é preciso defender uma educação de qualidade para todos e escolas que respeitem a diversidade cultural e religiosa de toda a comunidade escolar.

A pesquisa “O Ensino Religioso como instrumento de combate a Intolerância religiosa no espaço escolar” visa à construção de conhecimento de acordo com certas exigências metodológicas. Sendo assim, para se obter o resultado esperado será adotada a Pesquisa Bibliográfica, que de acordo com Leão (2017), “é desenvolvida a partir de material já elaborado em relação ao tema de estudo, construído desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos científicos, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”³.

O método de pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas e/ou revisão literária de obras e documentos que relacionam com o tema pesquisado. Ressalva-se que, em qualquer pesquisa, exige revisão de literatura, instrumento que permite conhecer, compreender e analisar os conhecimentos culturais e científicos já existentes sobre o assunto, tema ou problema investigado⁴.

No entanto para o empreendimento que aqui nos dispusemos, alguns autores nos subsidiarão em nosso trabalho, tais como: eles Borges (2016), Baptista (2020), CNBB (2007), Junqueira (2010), Santana (2022), Santos (2016), entre outros. Sendo o objetivo geral, identifica de que forma a disciplina de Ensino Religioso, possa contribuir para a erradicação da intolerância religiosa no ambiente escolar. Tal objetivo acaba nos trazendo outros como: Identificar o cenário do ensino religioso no Brasil desde o período colonial até os dias atuais; e identificar as Lacunas existentes no ER nas Escolas.

³ LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia de Estudo e Pesquisa: Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. 1ª Impressão, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

⁴ ALMEIDA, 2022. p. 14

1. Breve Histórico Do Ensino Religioso No Brasil

Este capítulo trata do ensino religioso no contexto brasileiro, que percorre sua trajetória no contexto da educação escolar, começando com os jesuítas na segunda metade do século XVI, reconhecido como ensino religioso pela legislação escolar no final do século XIX, e se arrastou por todo o regime da República até hoje. Sendo que no Brasil colonial, tivemos um acordo entre o rei português e o papa sobre a formação do povo brasileiro.

Este acordo destina-se a promover o catecismo tradicional. Durante o Império, o catolicismo tornou-se a religião oficial do Brasil, mas a Igreja serviria de instrumento ideológico nesse período, subordinada ao Estado. Na primeira república, o ensino religioso perdeu espaço nas escolas e na sociedade em geral, tornando-se opcional, e finalmente temos agora um Estado laico, uma escola pública e gratuita.

Este episódio é uma grande prova de que o plano dos colonos portugueses era realmente conquistar os gentios para serem católicos, e só assim permaneceriam submissos aos objetivos da família real portuguesa, pois é sabido que os jesuítas desembarcariam com os colonizadores Portugueses, aqui impõem a sua religião e convertem todos ao cristianismo. Neste capítulo, descreveremos brevemente o ensino religioso e sua trajetória, e como veremos esse campo de ensino de forma científica, bem como na perspectiva de um pesquisador.

É importante lembrar que a religião é uma das manifestações mais antigas do ser humano, desde os tempos mais remotos eles demonstraram crença em criaturas superiores, inicialmente fenômenos naturais como vento, relâmpago, lua, sol, estrela. Atualmente, no contexto da diversidade religiosa, há um dilema entre as obrigações do ensino religioso nas escolas públicas e privadas, A liberdade de expressão e a administração pública estão claramente separadas de qualquer religião ou culto e devem ser respeitadas.

1.1 A trajetória do Ensino Religioso no Brasil

Este tópico inicia-se com um panorama dos períodos ou etapas da história do ensino religioso no Brasil, desde os tempos coloniais até o Guia Nacional de Educação e a Lei Fundamental nº 9.475/97, que trata o ensino religioso como conhecimento, metodologia específica pré-horários estabelecidos em sala de aula, conteúdo, avaliações, sujeitos de pesquisa e professores profissionais.

Para valorizar a trajetória histórica do ensino religioso no Brasil colonial, o ensino religioso está vinculado aos três domínios institucionais da escola, igreja e sociedade, incluindo a política e a economia. Nessa fase, os colonos queriam impor suas ideias de alguma forma para alinhar as pessoas aos valores religiosos que defendiam, em especial ao catolicismo, e que eram bons para a sociedade, numa época em que o ensino religioso vazava e se confundia com os tribunais.

Nesse período, a educação pública deveria ser gratuita, laica e acessível a todos, mas a educação religiosa estava atrelada à ideologia religiosa do país, e a hierarquia religiosa foi substituída pela classe média, e a educação passou a ser considerada a classe dominante como o ideal do país e seus interesses e valores.

Ainda naquela época, as instituições de ensino e os professores sofriam com a expansão e programas monolíticos, que se destinavam apenas a governar negros e índios, e só então eram membros da fé cristã, cuja administração cabia ao Estado e à Igreja, o que os levou a concluir que a religião se tornou uma das principais instituições ideológicas do Estado, ajudando a fortalecer a dependência da Igreja no poder político. Desta forma, a instituição eclesiástica é o principal suporte do poder estabelecido, e o que se faz na escola são os ensinamentos do catolicismo romano.

No Brasil, é impossível falar de ensino religioso nas escolas sem mencionar a enorme polêmica que o tema tem gerado entre a opinião pública, legislativos, líderes religiosos e toda a comunidade escolar, pois para famílias ou estudantes religiosos e agnósticos, é difícil estabelecer uma disciplina obrigatória para o ensino religioso.

Por causa das obrigações, as escolas se deparam com o dilema de escolher esta ou aquela religião e resolver a questão de quem vai ensinar a disciplina. No livro *Ensino Religioso no Cenário Educacional Brasileiro/CNBB*, faça-se com clareza as perguntas sobre quem vai lecionar a matéria e qual é o tempo ideal de formação dos professores para ministrar a matéria:

Da mesma forma a formação de professores para o exercício da função em ensino religioso não pode se limitar a cursos emergenciais, com cargas horárias reduzidas para um conjunto de conteúdos básicos indispensáveis à compreensão da natureza da matéria e à prática metodológica própria de uma disciplina, ampliada e absorvida com a área de conhecimento. Em algumas regiões prevalece a ideia de que em apenas 120h/a de formação pedagógica os professores adquirem competências e habilidade para a atividade docente. No entanto, em todo país é evidente a consciência da necessidade de uma formação completa,

sólida, eficaz e que permita tratamento metodológico, adequado, isento de reducionismo, proselitismos, e outras abordagem que circulam a disciplina.⁵

Tudo isso pode ser atribuído ao simples fato de entenderem a disciplina em questão como o ensino de religião, não tão importante para a formação dos alunos quanto as demais disciplinas, mesmo que a disciplina em questão tenha suas peculiaridades. O lado discente, em muitos casos a direção de ensino também, assim como os professores de outras disciplinas que se esquecem de que os professores de ensino religioso são profissionais da educação como todos os outros.

Também pode ser pelo simples fato de o catolicismo ter sido considerado a religião oficial do Brasil durante o período colonial, e por isso ter causado revoltas de outras religiões até hoje. Deve-se observar que os profissionais que ministram cursos de educação religiosa devem ter os mesmos direitos que os demais profissionais. “A meta é chegar ao mesmo patamar de igualdade dos demais profissionais de outras áreas, incluindo a oportunidade de formação específica em cursos de graduação plena e admitindo-se a possibilidade de sua admissão no quadro do magistério, mediante concurso público, na área de sua atuação, ou seja, em ensino religioso”.⁶

Vaidergorn (2008) lembra que no Brasil o desejo da religião para governar o país foi histórico, pois durante os tempos imperiais, apesar de separado na constituição federal, “o patronato estabelecia um vínculo entre o poder da monarquia e o catolicismo como religião oficial. “E a república da Igreja tem estado sob pressão ideológica, explícita ou implícita, de instituições religiosas para dominar 'os corações e mentes de seus cidadãos'.

A tradição autoritária persiste no ensino religioso. Por mais que se queira atualizar, renovar e descaracterizar sua gênese, permanece o intento das religiões de influir na sociedade civil e nos poderes da República, através da educação. A fé, que, na promessa iluminista, deveria se manter no âmbito privado, cada vez mais, no mundo e no Brasil, se torna fator de política pública, por vezes combatendo a razão e o conhecimento científico e legitimando ações antidemocráticas – tal como na época da ditadura.⁷

⁵ CNBB, 2007 p. 14-15

⁶ CNBB, 2007 p. 20

⁷ VAIDERGORN, 2008. p. 411

Uma pequena retrospectiva da história mostra que, à medida que a civilização se desenvolveu, algumas nações impuseram seus credos aos povos conquistados, ou os impediram de expressar suas crenças como forma de dominação, como a perseguição aos cristãos. Romanos, mostrando intolerância religiosa.

Negros escravizados, índios reduzidos e brancos conflitantes em lutas religiosas se encontraram em um quadro de intolerância, desrespeito e imposição de credos. As sofridas experiências históricas, nem sempre superadas pela prática no reconhecimento da igualdade essencial de todos e da liberdade religiosa, impulsionaram a afirmação da igualdade e a busca do direito à diferença também no campo religioso.⁸

Desde o início do século XX, há uma incerteza sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, sua eficácia e os anos em que os alunos devem ser expostos ao assunto em sua trajetória escolar. São muitas as questões sobre os verdadeiros objetivos da disciplina e “que podem ser demonstradas pelos vários princípios e condições que envolvem os programas de educação política, metodologias e formação de professores”.⁹

Essa incerteza decorre do texto legal, tornando sua interpretação contraditória e até mesmo difícil: a opcionalidade da disciplina anda de mãos dadas com o reconhecimento de sua importância para a formação do cidadão como um todo. Como resultado, interpretações ambíguas da identidade de uma disciplina e seu papel no currículo resultaram em tratamento discriminatório em relação a essa disciplina, bem como tratamento discriminatório em relação a essa disciplina por professores que lecionam outras disciplinas Escolas e legisladores.¹⁰

Apesar disso, as orientações introduzidas pela LDB a respeito do Ensino Religioso e as mobilizações por parte de instituições de ensino e entidades representativas dos interesses de educadores da área e Igrejas, de norte a sul do País, têm oferecido respaldo à consolidação da disciplina no currículo da escola pública, como também ampliado as oportunidades de formação e discussão em torno de temas afins¹¹.

⁸ CURY, 2004, p. 82

⁹ DANTAS, 2004. p. 112

¹⁰ DANTAS, 2004

¹¹ DANTAS, 2004. p. 113

Alguns autores, em destaque para Cury (2004), defende que o ensino religioso deve ocorrer fora da escola, pois haverá mais liberdade de expressão e não haverá obrigação de participar da disciplina na escola ou ser discriminado por não participar. Sobre a polêmica ligação entre o Estado e uma determinada religião, é interessante ler um diálogo entre Norberto Bobbio e Maurizio Viroli reproduzido por Cury:

Os católicos [diz Viroli] falam de solidariedade, de caridade e de compaixão, e além de falar, praticam. E nós, laicos? Temos uma concepção de caridade, da compaixão e da solidariedade distinta daquela dos católicos? Creio que exista uma diferença importante entre a caridade laica e a caridade cristã. A caridade cristã é Cristo que compartilha com você o sofrimento; é partilhar o sofrimento. A caridade laica também é partilhar o sofrimento, mas é também desprezo contra aqueles que são responsáveis pelo sofrimento. É o desprezo que promove a força interior para lutar contra as causas do sofrimento. É exatamente porque quem não possui uma fé religiosa [...]¹²

Segundo Marcos (2010), a Igreja Católica permaneceu em contato com a esfera pública após a proclamação da república, mobilizando-se para dar continuidade ao ensino religioso confessional nas escolas públicas e encontrando meios de Isso é garantido apesar de possuir textos constitucionais desde a primeira constituição republicana de 1891 e confirmado pelo artigo 3º da Constituição Federal de 1988. 19 explicado a seguir:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.¹³

Para Marcos “o atual dilema enfrentado pelas escolas ao serem obrigadas a ministrar o ensino religioso, no entanto, a frequência é opcional para os alunos, o que cria questões administrativas e pedagógicas para gerenciar a presença de alguns alunos em sala de aula. Não há outros alunos na mesma sala”¹⁴.

¹² CURY, 2004. p. 67-68

¹³ BRASIL *apud* CURY, 2004. p. 184

¹⁴ MARCOS, 2010

Com a promulgação da República em 1889, estabeleceu-se a democracia juntamente com a liberdade e o autogoverno dos cidadãos. O Estado se secularizou porque rompeu os laços entre o Estado e a Igreja Católica durante a monarquia; assim, "o secularismo, consistente com a liberdade de expressão, consciência e crença, não pode coexistir com um Estado confessante".

2. O Ensino Religioso Como Instrumento De Combate A Intolerância Religiosa No Espaço Escolar

As religiões no Brasil estão cada vez mais diversificadas devido à maior liberdade de expressão após o processo de redemocratização pós-ditadura, enquanto outras religiões ganharam mais espaço como resultado, principalmente na inclusão da história africana como conteúdo obrigatório na grade curricular do ensino no Brasil. Além disso, o processo de globalização trouxe à tona valores e princípios locais, permitindo que grupos antes pouco expressos ganhassem sol nas sociedades democráticas.

Por outro lado, a continuidade da desigualdade social leva a um aumento na expressão de crenças e intensifica as crenças religiosas dos mais pobres economicamente. Tudo isso me levou, como cientista religioso, a refletir sobre a educação relacionada à religião, de modo que professores formados em ciências da religião ou com especialização na área possam contribuir para o ensino da religião sem conversão, permitindo que os cidadãos sirvam a vida em sociedade prontos de alguma forma possível respeitar o próximo em várias esferas, seja ela religiosa, e cultural.

Diante da crescente polarização que a sociedade brasileira vem sofrendo com o cenário político dos últimos anos, acentuou-se em nosso meio a prática da intolerância e do preconceito ao outro em quase todos os sentidos, bastando haver uma simples divergência de pensamento em qualquer campo da esfera pública para que este seja excluído de alguma maneira.

Com este cenário, a diversidade de religiões existentes no Brasil deveria contribuir com a sua essência que vai muito além da experiência com o sagrado e o transcendente, pois compreende também a luta pela igualdade, solidariedade, busca pela paz, construção de uma sociedade melhor e não ser mais uma barreira para convivência, em destaque no ambiente escolar, local de socialização.

Entretanto, nos últimos anos nos ambientes de ensino o que encontramos é um ambiente de intolerância e preconceito religioso cada vez mais acentuado, sendo praticados por determinados grupos com atitudes extremamente prejudiciais para o convívio social no mundo pluralista e diversos em que vivemos.

À escola compete prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para autêntica cidadania. E, como nenhum conhecimento teórico sozinho não explica completamente o processo humano, é o diálogo entre eles que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético.¹⁵

Tais atitudes passam não somente pelo campo da intolerância e do preconceito religioso, discriminam-se também homossexuais, ateus, mulheres, além de outras etnias, visando a imposição de suas verdades absolutas, em especial com as religiões afro-brasileira¹⁶, em destaque para umbanda e o candomblé, que segundo

Essas religiões são uma das chaves da cultura popular brasileira, com participação importante em diversos campos de nossa civilização, como a literatura, a música, o cinema, o teatro, a culinária e o carnaval, entre outros aspectos, o que de certa forma reconstrói um pedaço da África no Brasil com as principais manifestações religiosas.¹⁷

De acordo com Silva e Ribeiro (2007), as manifestações de intolerância religiosa envolvem as mais diferentes matrizes religiosas, destacando-se cristianismo e islamismo, hinduísmo, e budismo, podendo a intolerância compreender também grupos de uma mesma matriz ou fundamentação religiosa.

Na Irlanda por muito tempo, cristãos protestantes e cristãos católicos travaram uma guerra que parecia não ter fim. No Iraque, os islamitas xiitas e sunitas se agridem violentamente. No Brasil os grupos religiosos, principalmente de tradição neopentecostal, também travam um embate contra os grupos religiosos de tradição afro. Em alguns casos há também ações de intolerância entre cristãos de tradição protestante e

¹⁵ PCN, ON-LINE, p. 03

¹⁶ De acordo com Souza M, O termo afro-brasileiro é usado para indicar mestiçagens para os quais as principais matrizes são as africanas e as lusitanas, comumente com entremeios indígenas, ressaltando que tais manifestações são acima de tudo brasileiras por terem se confluindo no Brasil.

¹⁷ ROSSETTO, 2016, p. 20.

cristãos de tradição católica. Por trás disso tudo existem outros fatores. Um desses fatores, e talvez o principal, é o desejo que cada grupo possui de ser o detentor, o controlador dos valores sociais e virtudes morais que julgam ser os melhores para a sociedade e para a humanidade.¹⁸

Percebe-se que a prática da intolerância religiosa surgiu desde os primórdios da humanidade, aonde tais práticas foram repassada de geração para geração, das mais diversas classe sociais, até chegar dentro das escolas, locais aonde pela lógica tem como princípios éticos a prática da alteridade, considerando que a escola é lugar dos mais diversos formadores de opiniões, e temas transversais tem como um dos principais objetivo erradicar os mais diversos tipos de preconceitos, entre esses o está o preconceito religioso, que a séculos vem sofrendo por parte de grupos religiosos que persistem na permanência de uma visão eurocêntrica, ou uma visão da Colonialidade , que segundo Borges, a colonialidade,

[...] expressa à constatação da permanência na atualidade das relações coloniais nas esferas econômica, política, social e cultural e religiosa. Relações essas erigidas durante o período colonial. O fim do colonialismo político não significou o fim das influências econômica, política, social e cultural. Esses cada vez mais intensificaram com fortalecimento do atual padrão mundial de poder.¹⁹

Além da permanencia da visão colonial nas esferas econômica, política, social e cultural e religiosa, podemos constatar que tal visão também vem avançando em lugares antes considerado intocáveis, como por exemplo no ambiente escolar, a onde grupos ligados a igrejas cristãs vem ganhando cada vez mais espaço, dificultando ainda mais o convívio social de adeptos de religiões de matrizes africanas dentro das escolas, principalmente por parte de “Professores, professoras, pais, alunos e alunas, funcionários obscurantistas acreditam que qualquer referência à África é um passaporte para o inferno, pois associam África ao Diabo”²⁰, principalmente quando se trata da religiosidade afro-brasileira em sala de aula.

A tradição religiosa afro-brasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres que contribuíram de

¹⁸ SILVA; RIBEIRO, 2007, p. 16.

¹⁹ BORGES, 2016, p. 19.

²⁰ NOGUEIRA, 2015, ON-LINE.

forma significativa para a diversidade do país em que vivemos. A sabedoria e os valores das religiões de matriz africana é um expressivo elemento da cultura brasileira, que foi mantido por gerações.²¹

Tradição essa que Embora os brasileiros tenham as duas principais matrizes, indígenas, e portuguesas – responsável pela construção cultural brasileira, Mais é cultura africana que predomina entre as duas, principalmente em seus aspectos religioso e estético, como a música, o ritmo e a dança.

Fazemos parte de uma população que, em sua raiz, assume a face culturalmente afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra ou branca, adepta dessas religiões, não constitui em mero gesto de bondade, mas a preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros, que trazemos não apenas a cor negra, mas toda uma cultura africana. Se insistirmos em desconhecê-las, ou fingirmos não as observá-las, não as assumimos e nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos.²²

Porém a matriz cultural brasileira recebeu força europeia dominante, com intuito de silenciar as matrizes indígenas e africanas. Assim o português constrói um paradigma educacional que acaba consolidando a formação educacional brasileira numa comunidade multirracial e pluriétnica.

Disciplina como o ensino religioso e a lei 11.645/08 que busca tratar da cultura afro-brasileira se tornaram forte ferramentas como forma de erradicar o preconceito e a intolerância religioso em sala de aula, em destaque para as religiosidades afro-brasileiras no ambiente escolar, religiões que mais são vítimas do preconceito religioso.

[...] o Ensino Religioso tem a função de garantir a todos os educandos a possibilidade deles estabelecerem diálogo. E, como o conhecimento religioso está no substrato cultural, o Ensino Religioso contribui para a vida coletiva dos educandos, na perspectiva unificadora

²¹ HIGINO, 2011, p. 14

²² BOMFIM, NASCIMENTO, 2017, p.04.

que a expressão religiosa tem, de modo próprio e diverso, diante dos desafios e conflitos.²³

Porém alguns professores, alunos e pais de alunos, além de gestores e supervisores, ainda exerce uma “forte resistência quanto às questões religiosas que remetem à cultura africana e, com isso, tolhe as vertentes históricas das quais essas religiões fazem parte”²⁴, e com isso dificultem ainda mais a implantação de ações afirmativas como forma de exterminar tais preconceitos, que há anos vem se perpetuando nos mais diversos seguimentos.

Sendo assim cabe a escola e o professor buscar estratégias e recursos como forma de erradicar de vez essa visão eurocêntrica que se alastra no Brasil desde o período colonial. É papel do professor desenvolver suas aulas de forma que possa trabalhar temas transversais e a interculturalidade, que de acordo com Borges, “Entendemos como interculturalidade, a postura consciente de convivência democrática entre elementos diferentes, com vistas a integração ausente do intuito de eliminar a diversidade reconhecendo nessa, riqueza e oportunidade de ampliação dos horizontes”.²⁵

De acordo com os autores,

A escola possui um papel fundamental na luta pelo respeito ao diferente e na demonstração de que o diferente não é sinônimo de ruim. A escola possui a função de demonstrar no dia a dia que aquilo que determinado grupo não pratica não é algo errado.²⁶

Essa desconstrução da escola contra o racismo, preconceito e discriminação, e intolerância religiosa, é o que chamamos de descolonização pedagógica, ou simplesmente a pedagogia decolonial, que tem como objetivo promover a interrelação entre os diferentes tipos de conhecimento de forma igualitária, a fim de auxiliar na construção de uma sociedade outra, além da colonialidade do saber, do poder e do ser.

Assim como podemos apontar que a pedagogia decolonial praticada no espaço escolar quando se trata das religiões, a unidade escolar precisa analisar algumas atitudes, entre elas:

a) conhecer as religiões como fenômeno sempre presente nas múltiplas culturas em todo percurso

²³ PCN, ON-LINE, p. 03

²⁴ BOMFIM, NASCIMENTO, 2017, p.02

²⁵ BORGES, 2016, p.222.

²⁶ GUINDANI. SOARES. GUINDANI, 2020, p. 165

histórico. Cada crença conserva características próprias de sua civilização;

b) conhecer as diversas religiões sempre relacionando em que contexto histórico elas surgiram. Dessa forma o aluno terá oportunidade de arrolar sua crença religiosa com as demais existentes e não menos importantes; c) motivar a sintaxe de um convívio afetuoso por meio de colóquios ecumênicos e inter-religioso, proporcionando aos alunos e toda comunidade escolar, um momento de reflexão a respeito das diferenças religiosas. A postura ética e moral poderão ser resgatadas.²⁷

“A menção acima mostra uma realidade muito distante de muitas escolas que não se aprofundam nas várias religiões. A falta de conhecimento religioso tem alimentado uma cultura que propaga o preconceito contra a religião, e muitos são vistos como algo ruim ou nem mesmo religioso por aqueles que não adotam crenças diferentes das suas. Por exemplo, temos a religião afro-brasileira Muitas vezes visto com preconceito por algumas pessoas”.²⁸

E cabe a disciplina de Ensino Religioso, buscar ferramenta contra o combate a intolerância religiosa no ambiente escolar, considerando que a disciplina em questão tem como objeto de estudo o fenômeno religioso, e em uma perspectivas, que possamos “discutir ou ensinar a história das religiões afro brasileiras no espaço escolar pode ser uma possibilidade de desconstrução de antigos conceitos estereotipantes, negativos, discriminatórios e preconceituosos que ainda possam existir na sociedade atual”.²⁹

Enfim, é fundamental que as escolas através de disciplinas como história, sociologia, e ensino religioso busque formas de erradicar o ensino eurocêntrico de alguns professores ensinarem os educandos no que se refere à verdadeira contribuição dos negros na construção da nação brasileira.

2.1 As Lacunas Existentes No Ensino Religioso: PCNs

Se faz pertinente iniciamos esse tópico explicado o que é PCN de acordo com a definição dada pelo Ministério da Educação:

²⁷ Apud MILANI, 2013, p.18619, GUINDANI. SOARES. GUINDANI, 2020, p. 165-166.

²⁸ GUINDANI. SOARES. GUINDANI, 2020.

²⁹ MOREIRA; SILVA, 2013, p. 2

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional [...] Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo [...] O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. [...].

O PCN é tido como um momento histórico tanto para o Ensino Religioso, pois foi através do PCN que pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram junto encontrar o que há de comum numa proposta educacional que tem como objeto o Transcendente. O objetivo dos PCN é simples, ajudar junto com o educando o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, as culturas e as tradições religiosas a partir das experiências religiosas percebidas no contexto sociocultural da sociedade.

Atualmente temos vários modelos de Ensino Religioso vigente no país, o Confessional, o interconfessional, o supra confessional e a disciplina curricular, cada qual com uma proposta.

O Confessional é oferecido de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável e ministrado por professores preparados e credenciado pelas respectivas entidades religiosas. O Interconfessional é resultante de um acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração dos respectivos programas, sendo que a maior parte é por grupos de confissões cristãs. O Supra confessional é ministrado nas escolas públicas, não admite qualquer tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestação em desacordo com o direito individual dos alunos e de suas famílias de professar um credo religioso ou mesmo o de não professar nenhum.

A Disciplina curricular é um modelo de Ensino Religioso pensado como área de conhecimento, a partir da escola e não das crenças ou religiões e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso.

Independente do posicionamento ou opção religiosa, os educandos são convidados a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano e pautar-se pelos princípios do respeito às liberdades individuais; tolerância para com os que manifestam crenças diferentes e convivência pacífica entre as diversas manifestações religiosas que compõem a pluralidade étnica e cultural da nação brasileira.

Para atingir esses objetivos universalizaste, os PCNs lançam mãos dos Temas Transversais³⁰. O que são estes? O mesmo texto explica o seguinte:

Adotando essa perspectiva, as problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória.³¹

Um momento que merece ser lembrado é o aparecimento da reforma Francisco Campos, que acarretou a probabilidade de se pensar no Ensino Religioso como sendo admitido em caráter facultativo, através do decreto de 30 de abril de 1931 e na Constituição de 1934 ele passa a ser assegurado no artigo 153 que diz:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.³²

³⁰ A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (PCN, 2012 p.45)

³¹ PCN, 2012 p.45

³² CNBB, 2007. p. 112

Essa expressão facultativa permanece nas outras constituições até os dias de hoje, observem a redação do Ensino Religioso nas Constituições. O Ensino Religioso, de forma facultativa estabelecerá disciplina das normas das escolas públicas de ensino fundamental.

O que se pode perceber é que, a falta de livros didáticos, além da disciplina ser facultativa para o aluno, a falta de livros didáticos por parte dos órgãos competentes, a não reprovação do aluno, além da falta da disciplina nas provas diagnosticas, entre elas a Provinha Brasil, além da falta de interesse por parte dos professores e gestores escolares em tratar o ensino religioso como disciplina fundamental na formação do aluno, faz com que a disciplina seja visto pelos alunos e seus responsáveis, como uma área de conhecimento sem valor, fazendo com que isso seja uma lacuna existente desde o período colonial.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo identificar de que forma a disciplina de Ensino Religioso, possa contribuir para a erradicação da intolerância religiosa no ambiente escolar. Tal objetivo acaba nos trazendo outros como: Identificar o cenário do ensino religioso no Brasil desde o período colonial até os dias atuais; e identificar as Lacunas existentes no Ensino Religioso nas Escolas.

O trabalho ainda abordou a relevância em se trabalhar o ensino religioso de forma não-confessional, ou seja, não ser vinculado a alguma religião específica, tendo como seu principal objetivo tratar o fenômeno religioso com seu principal pilar em sala de aula, além de buscar trabalhar temas transversais, entre eles tolerância, respeito, e diversidade.

Considerando que a diversidade religiosa é uma realidade e as escolas podem ser a formadora de cidadãos conscientes e que busquem respeitar as diferenças existentes no ambiente escolar, e para isso, se faz necessário este tipo de discussão: o respeito a diversidade religiosa existente no ambiente escolar.

Por fim, a metodologia do trabalho teve a pesquisa Bibliográfica, onde buscamos autores como: Borges (2016), Baptista (2020), CNBB (2007), Junqueira (2010), Santana (2022), Santos (2016), entre outros, para nos auxiliar em nossa pesquisa.

Enfim, o tema proposto ainda será matéria de discussões por um longo período, considerando que tratar da religião não é matéria fácil, principalmente quando tratamos em ambientes com uma vasta concentração de pessoas, nos privando muitas vezes de trabalharmos o ensino religioso na perspectiva das ciências das religiões, tendo como nosso foco principal o fenômeno religioso.

Dessa forma conclui-se que a luta por um ensino religioso não-confessional ainda será matéria de discussão, nos fazendo acreditar que a pesquisa em questão ainda requer continuidade, considerando que a religião nos últimos anos vem se modificando ano após ano, e tal mudança nos faz acreditar que precisamos sempre acompanhar essas mudanças.

Referências

- ALMEIDA, Fábio Portela Lopes. *O Ensino religioso nas escolas públicas brasileiras*. Revista *Libertas: Estudos em Direito, Estado e Religião*. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2009.
- BONFIM, Evandro Luiz Soares. NASCIMENTO, Alessandro de Jesus. *A Religião Africana E O Preconceito Na Escola*. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20171030115755.pdf. Acesso em: 21 de Abri. 2022.
- BORGES, Ângela Cristina. *Tambores do Sertão: Diferença Colonial e Interculturalidade: entreliçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais*. 10 de março de 2016, 302 f. (doutorado em Ciências da Religião) - Departamento de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.
- CURY, C.R.J. *Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2004.
- CNBB. *Ensino Religioso no Cenário da Educação Brasileira*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- DANTAS, D.C. *O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, pp. 112-124, 1º sem. 2004.
- Fórum nacional permanente do ensino religioso-FONAPE. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/fcd5be4b5d7d8e84a850ee93a46a040b.pdf>. Acesso em: 18 de Abr. 2022.
- GUINDANI, Evandro Ricardo. SOARES, Laís de Ávila. GUINDANI Yáscara Koga. *Religiões afro-brasileiras no contexto escolar: Uma análise numa escola pública do Rio Grande do Sul*. Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Vitória-ES, v. 26, n. 2, p. 124-140, jul./dez. 2020.
- HIGINO, Mônica Estela Neves. *As relações da criança candomblecista no espaço social da escola*. Monografia. Universidade do Estado da Bahia, 2011.

LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia de Estudo e Pesquisa: Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. 1ª Impressão, Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

MARCOS, W.R. *Modelos de Ensino Religioso: contribuições das ciências da religião para a superação da confessionalidade*. Mestrado em Ciências da Religião. Belo Horizonte: PUCMG, 2010. 150 p.

MOREIRA, Harley Arantes; SILVA, Maria Rejane. Religiões afro-brasileiras em sala de aula a partir da análise de uma turma de educação de jovens e adultos. XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, 2013. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952202_ARQUIVO_reJANEARTIGOANPUH.pdf. Acesso em: 24 mai./2019.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. *Crianças de religiões afro se sentem discriminadas nas escolas*. Disponível em:

<https://memoria.ebc.com.br/educacao/2015/05/escola-e-o-espaco-onde-criancas-de-religoes-afro-mais-se-sentem-discriminadas>. Acesso em: 21 de Abr. de 2022.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso: 15 de Abr. de 2022.

ROSSETO, Selma Correia. *RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO?* 08 de dezembro 2016, 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Departamento de Ciências da Religião, Faculdade Unida de Vitória, 2016.

SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mário Bueno. *Intolerância religiosa e direitos humanos: mapeamentos de intolerância*. Porto Alegre: Universidade Metodista, 2007.

VAIDERGORN, J. *Ensino religioso, uma herança do autoritarismo*. Cad. CEDES [online]. 2008, vol.28, n.76, pp. 407-411.